

Banco do Brasil S.A.

Sector Bancário Sul - Brasília - DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Exercício encerrado em 31.08.2010

FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS (FGP)

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO 2009/2010

Relatório de Administração apresentado como prestação de contas anual, elaborado de acordo com as disposições do Capítulo I, artigo 4º, inciso XI do Regulamento do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP.

Brasília, DF, 28 de março de 2011

Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) Relatório de Administração - Exercício 2009/2010

Apresentamos o Relatório de Administração do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP, Exercício Social 2009/2010, que compreende o período de 1º de setembro de 2009 a 31 de agosto de 2010.

1. Retrospectiva 2009/2010¹

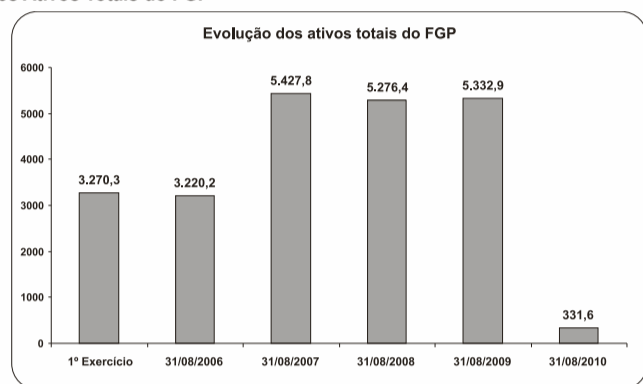
Após atravessar a mais intensa e prolongada recessão desde a 2ª Grande Guerra, a economia global expandiu-se de forma relativamente robusta durante o último semestre de 2009 e 1º semestre de 2010. Já a economia brasileira recuperou-se numa intensidade surpreendente no pós-crise. Desde o 2º trimestre de 2009, a taxa de expansão do PIB tem-se situado próxima a 8% ao ano, apoiada no consumo das famílias e na recuperação significativa do investimento.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Patrimônio Líquido (PL)

O Patrimônio Líquido do FGP passou de R\$ 5,3 bilhões, em 31.08.2009, para R\$ 331,5 milhões em 31.08.2010, o que representa uma redução de 93,8%, decorrente da retirada, pelo Cotista União, de parte dos ativos de renda fixa (NTN-B, em 30.11.2009) e da totalidade dos ativos de renda variável (as ações da Vale do Rio Doce e Eletrobrás foram transferidas, em 15.09.2009, para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, e as ações do Banco do Brasil, em 15.06.2010, para o Cotista União). O Gráfico 1 demonstra a evolução dos ativos totais entre o 1º Exercício e 31.08.2010:

Gráfico 1 - Evolução dos Ativos Totais do FGP



2.1.1 Ativos de Classe 1

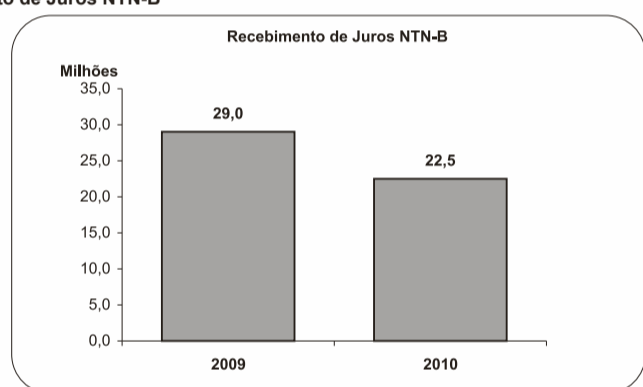
A carteira de renda fixa (Classe 1), composta por Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, Operações Compromissadas e Depósitos à Vista, encerrou o Exercício (31/08/2010) com saldo de R\$ 331,6 milhões, distribuídos conforme abaixo:

Tabela 1 - Carteira Renda Fixa

Classe 1 (ativos de renda fixa)	Qtde.	Valor (R\$)
Títulos Públicos Federais (NTN-B)	159.959.000	313.419.712
Operações Compromissadas	4.203.000	18.225.486
Depósitos à vista	-	2.803
Total Classe 1	164.162.001	331.648.001

Com a retirada de parte dos ativos de renda fixa (NTN-B), autorizada pela Portaria STN n.º 711, de 30.11.2009, no valor de R\$ 450.000.367,88, os juros (cupons) incidentes sobre NTN-B ficaram em torno de R\$ 22,5 milhões, o que corresponde a uma redução de 22,4% em relação ao Exercício anterior.

Gráfico 2 - Recebimento de Juros NTN-B



2.1.2 Ativos de Classe 2

A carteira de ativos de renda variável (Classe 2), que era composta por participações acionárias no Banco do Brasil, Vale e Eletrobrás, foi totalmente retirada pelo Cotista União, conforme autorizações constantes dos Decretos n.ºs 6.951 e 7.184, de 27.08.2009 e 27.05.2010. Os valores resgatados podem ser observados na Tabela abaixo:

Tabela 2 - Carteira Renda Variável - Valores Resgatados

AÇÕES	BBAS3 - BB ON	ELET3 - Eletrobrás ON ⁽¹⁾	VALE5 - CVRD PNA ⁽²⁾
DATA DA INTEGRALIZAÇÃO	27/01/2006	14/02/2006	22/2/2006
Custo unitário na data da integralização (**)	18,16	21,07	21,97
VALOR INTEGRALIZADO	1.089.800.000,00	842.600.000,00	1.337.910.641,01

AÇÕES	BBAS3 - BB ON	ELET3 - Eletrobrás ON ⁽¹⁾	VALE5 - CVRD PNA ⁽²⁾
DATA DA DESINTEGRALIZAÇÃO	15/06/2010	15/09/2009	15/09/2009
Cotação	27,50	28,40	34,84
VALOR DE RESGATE	1.650.000.000,00	1.136.000.000,00	2.121.898.565,28

Vale ressaltar que a principal fonte de recursos alocados na Classe 1 foi o recebimento de dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP) do Banco do Brasil no total de R\$ 92,9 milhões, sendo R\$ 46,7 milhões de dividendos, recebidos nos meses de nov/09, fev/10, mar/10, mai/10 e ago/10, e R\$ 46,2 milhões de JCP, nos meses de set/09, dez/09 e mar/10. Em relação à Vale e Eletrobrás não houve recebimento de JCP no período. Os valores recebidos foram creditados em conta corrente do Fundo e, posteriormente, convertidos para a carteira de Classe 1, aplicados em títulos públicos federais e operações compromissadas.

Tabela 3 - Dividendos/JCP recebidos

Ações	2008/2009	2009/2010
Banco do Brasil	83.561.336,50	92.881.877,15
Companhia Vale do Rio Doce	71.735.704,90	-
Eletrobrás S.A.	61.947.716,96	-
TOTAL	217.244.758,36	92.881.877,15

2.2 Rentabilidade dos Ativos do FGP

A rentabilidade do FGP é calculada e acompanhada por classe de ativos. Calcula-se a rentabilidade da Carteira da Classe 1 e da Carteira da Classe 2 dividindo-se a cota do último dia útil do período pela cota do último dia útil do período anterior.

Após o final do 1º semestre de 2010, o valor patrimonial da cota unitária da Classe 1 atingiu R\$ 1.725,11. No mesmo período, a rentabilidade acumulada dos ativos de renda fixa correspondeu a 6,19%. A Classe 2 terminou o 1º semestre de 2010 com valor patrimonial de R\$ 1.827,96, verificado em 14.06.2010 (a partir de 15.06, já não haviam mais ações na carteira). A rentabilidade do FGP e o valor patrimonial das cotas, por Classe de ativos, nos últimos quatro semestres, estão representados na Tabela 4.

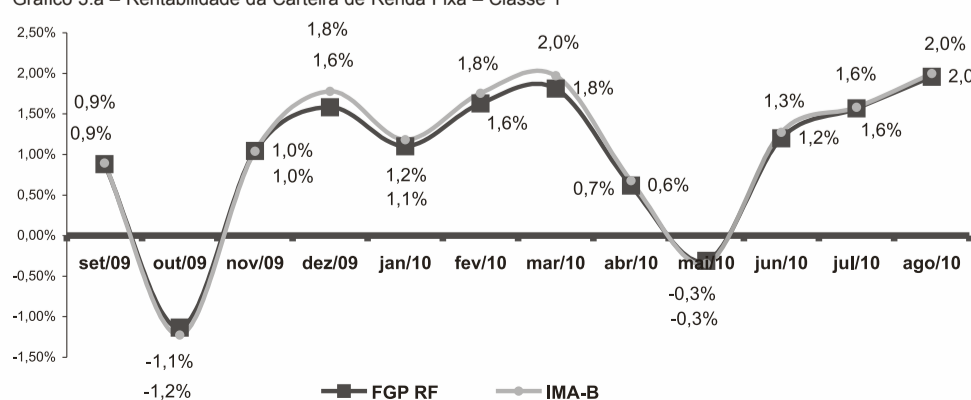
Tabela 4 - Rentabilidade do FGP e valor patrimonial da cota por semestre calendário

Período	Rentabilidade do FGP		Valor Patrimonial da Cota	
	Classe 1	Classe 2	Classe 1	Classe 2 (*)
1º semestre/2009	12,47%	29,78%	1.541,52224	1.543,23501
2º semestre/2009	5,39%	23,42%	1.624,61665	1.904,61818
1º semestre/2010	6,19%	-4,02%	1.725,10724	1.827,96556

(*) Classe 2 - Rentabilidade e Valor Patrimonial da Cota do dia 14.06.2010 (a partir de 15.06, todas as ações da carteira já haviam sido retiradas).

A rentabilidade das carteiras de Classe 1 e Classe 2 e a aderência ao IMA-B (Classe 1) e ao Ibovespa (Classe 2) são apresentadas nos Gráficos 3.a e 3.b. Neste Exercício, a rentabilidade da carteira de Classe 1 foi de 12,57%, enquanto que o percentual do IMA-B ficou em 13,28%. Não foi possível atingir a rentabilidade da carteira de Classe 1 de renda fixa em função basicamente das Operações Compromissadas contratadas no período serem remuneradas com base na Taxa Selic (100%) que difere da rentabilidade do IMA-B.

Gráfico 3.a - Rentabilidade da Carteira de Renda Fixa - Classe 1

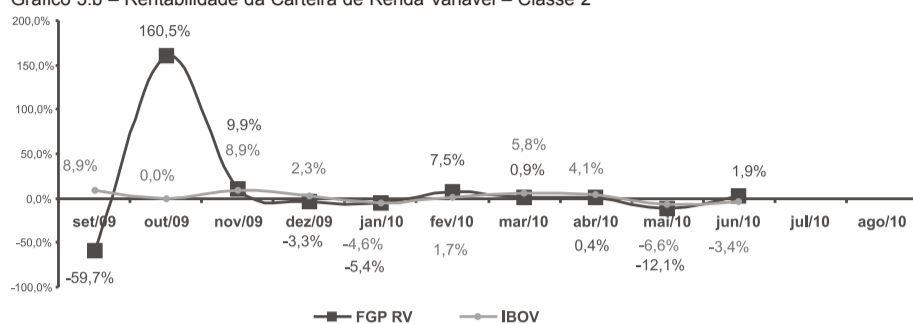


Obs.: O FGP mantém operações compromissadas na Carteira de Renda Fixa para garantir a liquidez necessária ao pagamento de despesas do Fundo.

¹Fonte: BB DTVM

A rentabilidade da carteira de Classe 2 do FGP está diretamente vinculada ao valor de mercado das ações da Vale, do Banco do Brasil e da Eletrobrás. Do início deste Exercício até a data da retirada da totalidade das ações, em 15.06.2010, a rentabilidade da carteira de Classe 2 foi de 3,16%, enquanto que o percentual do Ibovespa, no mesmo período, ficou em 17,01%.

Gráfico 3.b - Rentabilidade da Carteira de Renda Variável - Classe 2



2.3 Resultado do Exercício

No Exercício findo em 31/08/2010, o Patrimônio Líquido do FGP sofreu uma redução de 5 bilhões em relação à posição de 31/08/2009, em razão da desintegralização realizada pela União, registrando redução de 93,8%, como pode ser observado na Tabela 5:

Tabela 5 - Variação do PL

Patrimônio Líquido	31/08/2009	31/08/2010	Variação Valor	Variação %
	5.332.054.096,21	331.497.104,89	-5.000.556.991,32	-93,78%

2.4 Obrigações contraídas e Encargos debitados ao FGP

Até o término do Exercício, o FGP não havia contraído obrigação relativa à prestação de garantias em projetos de parcerias público-privadas.

A Tabela 6 apresenta as despesas administrativas do FGP, nos Exercícios Sociais 2008/2009 e 2009/2010, e o percentual de participação dessas despesas no Patrimônio Líquido do Fundo ao final dos respectivos Exercícios.

Os gastos totais com a administração do FGP, no Exercício Social 2009/2010, incluindo a Taxa de Administração da Carteira (Custódia e Gestão dos ativos) e a Taxa de Gestão do FGP, totalizaram R\$ 4,3 milhões, o que equivale a 1,29% sobre o PL do Fundo em 31/08/2010.

Tabela 6 - Despesas Administrativas do FGP (R\$ mil)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS	Exercício 2008/2009		Exercício 2009/2010	
	Valor	% sobre o PL	Valor	% sobre o PL
Publicações Legais	50,0	0,00%	65,0	0,02%
Custo SELIC	19,0	0,00%	0,0	0,00%
CBLC - taxa de custódia	31,0	0,00%	0,0	0,00%
Auditoria Independente	35,0	0,00%	0,0	0,00%
Taxa de Custódia	2.220,0	0,04%	1.886,1	0,57%
Taxa de Gestão dos Ativos	4.440,0	0,08%	969,5	0,29%
Taxa de Gestão do FGP	2.020,0	0,04%	1.346,8	0,41%
TOTAL	8.815,0	0,17%	4.267,4	1,29%
Patrimônio Líquido (PL) em 31 de agosto de 2010 e 2009	5.332.054,0		331.497,1	

Obs.: as despesas de auditoria independente relativas a 2009/10 serão apropriadas quando da efetiva prestação dos serviços.

3. Perspectivas para o Exercício seguinte

3.1 Projeção de Cenário

Embora a perspectiva seja de crescimento em 2010 e 2011 modesto para os padrões históricos da economia global, principalmente em razão da desaceleração do G-4, considera-se muito pouco provável a consolidação de uma 2ª recessão. Espera-se, para o conjunto de países que responde por cerca de 70% do PIB global (G-4 + BRIC's), crescimento médio ponderado de 4,6% em 2010 e de 3,9% em 2011. Para as economias do G-4, estima-se crescimento anual médio ponderado de 2,4% em 2010 e de 1,7% em 2011. Entre as consequências do acelerado ritmo de recuperação registrado pela economia brasileira no 1º semestre de 2010, a rápida ocupação da ociosidade foi a mais importante delas. A taxa de desemprego encontra-se no piso histórico e o nível de utilização da capacidade instalada da indústria em patamar elevado. Estima-se que o PIB brasileiro em 2010 deve fechar em 7,8% e 4,6% em 2011. Registre-se, por fim, a expectativa de que o Brasil deverá receber uma forte gama de investimentos nos próximos anos, sobretudo em razão das obras de infraestrutura necessárias à realização de eventos esportivos (Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016).

4. Considerações Finais

Agradecemos o apoio e a confiança de nossos cotistas, conselheiros, bem como o empenho e a dedicação de nossos colaboradores.

Mais informações no site do Banco do Brasil na Internet (www.bb.com.br), no caminho a seguir: >> Governo >> Governo Federal >> Administração de Recursos >> Parcerias Público-Privadas >> Fundo Garantidor de PPP Federal.

BANCO DO BRASIL S.A.

Administrador do FGP

Diretoria de Governo - Brasília (DF)

Paulo Roberto Lopes Ricci
Diretor

Francisco Edmilson de Oliveira
Gerente Executivo

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de agosto de 2010 e 2009 (em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/8/2010	31/8/2009
CIRCULANTE		331.648	5.332.909
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	18.228	10.612
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5	313.420	5.322.297
TÍTULOS DE RENDA FIXA		313.420	646.952
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL		-	4.675.345
TOTAL DO ATIVO		331.648	5.332.909
PASSIVO			
CIRCULANTE		151	855
OUTRAS OBRIGAÇÕES	6	151	855
Provisão para pgto. Taxa de Administração da Carteira		43	661
Provisão para pgto. da Taxa de Gestão do FGP		107	149
Provisão para pgto. Auditoria Independente		-	35
Provisão para pgto. de Outras Despesas Administrativas		1	10
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	331.497	5.332.054
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		331.497	5.332.054
Capital Social		331.497	3.270.311
Lucros ou Prejuízos Acumulados		-	2.061.743
TOTAL DO PASSIVO		331.648	5.332.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS em 31 de agosto de 2010 e 2009 (em milhares de Reais)

	Nota	31/08/2010	31/08/2009
RECEITAS OPERACIONAIS		130.559	273.317
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		653	1.328
RENDAS DE APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES COMPROMISSADAS		653	1.328
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5	129.906	271.989
RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA FIXA		36.373	54.744
LFT - Letra Financeira do Tesouro		421	-
NTN - Notas do Tesouro Nacional		35.952	54.744
RENDAS DE TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL		92.882	217.245
LUCROS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA		651	-
DESPESAS OPERACIONAIS		5.771	216.888
Despesas com Títulos e Valores Mobiliários	5	1.503	208.073
PREJUÍZOS COM TÍTULOS DE RENDA FIXA		2	8
TVM - RESULTADO DO AJUSTE AO VALOR DE MERCADO		1.501	208.065
NTNB		1.501	(38.346)
Ações de Companhias Abertas		-	246.411
Despesas Administrativas	6	4.268	8.815
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DA CARTEIRA		2.810	6.660
TAXA DE GESTÃO DO FGP		1.347	2.020
OUTRAS DESPESAS		111	135
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		124.788	56.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco do Brasil S.A.

Setor Bancário Sul - Brasília - DF - CNPJ 00.000.000/0001-91

Exercício encerrado em 31.08.2010

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS em 31 de agosto de 2010 e 31 de agosto de 2009 (em Reais)

	31/08/2010	31/08/2009
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES		
Ingressos de Recursos		
Recebimento de Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Banco do Brasil	92.882	217.245
Companhia Vale do Rio Doce	92.882	83.561
Eletrobrás S.A.		71.736
Recebimento de Juros NTN-B		61.948
Recebimento de Juros de Operações Compromissadas	22.495	29.015
Venda de Títulos NTN-B	653	1.328
Venda de títulos de Renda Fixa LFT	58.249	35.366
Lucro na venda de Títulos de Renda Fixa	30.360	274
Total dos ingressos de Recursos	205.060	283.228
Destinação de Recursos		
Taxa de Administração da carteira	3.428	6.642
Taxa de Gestão do FGP	1.390	1.990
Custo Selic	18	18
Taxa CBLC	36	23
Pagamento a Auditoria Externa	35	32
Pagamento publicações legais	65	50
Compra de Títulos de Renda Fixa - NTN-B	162.239	271.638
Compra de Títulos de Renda Fixa - LFT	30.233	
Total das Destinações de Recursos	197.444	280.393
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	7.616	2.835
Início do período	10.612	7.777
Depósitos à vista	4	3
Operações Compromissadas	10.608	7.774
Fim do período	18.228	10.612
Depósitos à vista	3	4
Operações Compromissadas	18.225	10.608
Aumento/(Redução) das Disponibilidades	7.616	2.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS em 31 de agosto de 2010 e 2009 (em Milhares de Reais)

Descrição dos eventos	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31/08/2008	3.270.311	-	2.005.314	5.275.625
Resultado do exercício			56.429	56.429
Saldo em 31/08/2009	3.270.311	-	2.061.743	5.332.054
Aumento do Capital Social com Lucros Acumulados em Exercícios Anteriores	2.061.743		(2.061.743)	-
Marcação a Mercado de Títulos para Venda Ações		232.554		232.554
Retirada de Capital pelo Cotista Ações NTN-B	(5.125.345)	(232.554)	-	(5.357.899)
	(4.675.345)	(232.554)	-	(4.907.899)
	(450.000)	-	-	(450.000)
Resultado do exercício			124.788	124.788
Aumento do Capital Social com Lucros Acumulados no Exercício	124.788		(124.788)	-
Saldo em 31/08/2010	331.497	-	-	331.497

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE AGOSTO DE 2010 e 2009

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Características do Fundo

O Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) é administrado pelo Banco do Brasil S.A. Constituído nos termos do art. 16 da Lei n.º 11.079, de 30.12.2004, e atualmente tem a União Federal como cotista exclusivo.

O Parágrafo único do art. 42 do Regulamento do FGP estabelece que o exercício social do Fundo compreende o período de 1º de setembro a 31 de agosto de cada ano.

O FGP tem a finalidade de garantir o pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos federais quando da formalização de projetos de Parcerias Público-Privadas, respondendo por suas obrigações com os bens e direitos integrantes do seu patrimônio.

O Banco do Brasil S.A. foi designado pela Resolução n.º 1, do Comitê Gestor de Parceria Público-Privada Federal (CGP), de 5.8.2005, para criar, administrar, gerir e representar judicial e extrajudicialmente o FGP.

O FGP é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados na primeira Assembleia de Cotistas, realizada em 27.1.2006, e alterados pela Assembleia de Cotistas do dia 31.8.2006. O Regulamento do Fundo foi posteriormente alterado pela Assembleia de Cotistas de 24.10.2008. Na primeira Assembleia, foi ainda autorizada a integralização inicial do Fundo, com a transferência de ações do Banco do Brasil, da Companhia Vale do Rio Doce (Vale) e das Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), no montante autorizado pela Portaria n.º 413, de 12.12.2005, do Ministro da Fazenda. Tais aportes ocorreram em 27.1.2006, 14 e 22.2.2006, tendo o Fundo passado a operar a partir da primeira integralização.

O FGP obedece, ainda, à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) n.º 3.289, de 3.6.2005, à Instrução CVM n.º 426, de 28.12.2005, e à Instrução CVM n.º 306, de 5.5.1999.

Até a data de conclusão destas demonstrações contábeis, o Fundo não assumiu nenhum compromisso com prestação de garantias.

1.2 Política de Investimento

O FGP, na sua política de investimento, busca a valorização das suas cotas por meio da gestão e administração de uma carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários e moeda corrente, empenhando-se na manutenção da sua rentabilidade, segurança e liquidez.

De acordo com o Regulamento, o Administrador do Fundo está autorizado a realizar operações restritas com instrumentos financeiros derivativos. No entanto, até a data do balanço, não foram efetuadas operações dessa natureza.

1.3 Custódia e Gestão dos Ativos

Os títulos de renda variável são custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC e os títulos públicos de renda fixa no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic. A gestão da custódia dos títulos é efetuada pela Diretoria de Mercado de Capitais e Investimentos (Dimec) do Banco do Brasil S.A.

A BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (BB DTVM), subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., é responsável pela gestão da carteira de ativos do Fundo.

A remuneração pela administração da carteira de ativos do FGP, que inclui a custódia dos títulos e gestão dos ativos, está descrita na Nota Explicativa n.º 6-"a".

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e foram aprovadas pela Administração (Banco do Brasil S.A.) em 1º de fevereiro de 2011.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 O regime contábil para reconhecimento das receitas e despesas é o da competência;

3.2 As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis;

3.3 Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados em duas categorias distintas, conforme a seguir, em função da intenção da Administração do Fundo:

⇒ **Títulos para Negociação** - Tratam-se de títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente. Esses títulos são registrados pelo valor justo e são ajustados diariamente. Suas valorizações ou desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

⇒ **Títulos Disponíveis para Venda** - Tratam-se de títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem mantidos na carteira até o vencimento. Esses títulos são registrados a valor justo e ajustados diariamente. Suas valorizações ou desvalorizações são registradas em contas do grupamento Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

A utilização dos valores justos foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, conforme a seguir:

⇒ Renda fixa

É representada por títulos públicos federais, sendo utilizado o preço médio de negociação no dia da apuração, sendo os preços unitários obtidos na Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto - Andima;

⇒ Renda variável

É representada por ações de companhias abertas, sendo utilizada a última cotação diária de fechamento da Bovespa. Não havendo negociação no dia, é mantido o preço de fechamento do ativo no último pregão em que houve negociação.

O ágio ou deságio apurado nas operações de aquisição de títulos de renda fixa é reconhecido em razão da fluência do prazo de vencimento dos papéis.

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que classificados, são apropriados *pro rata*, com observância do regime de competência, mensalmente e até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o valor de mercado é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucros ou prejuízos com títulos e valores mobiliários.

3.4 Os dividendos são reconhecidos como receita por ocasião em que os títulos correspondentes sejam considerados elegíveis na bolsa de valores;

3.5 As obrigações são demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e as variações incorridas;

3.6 A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. A marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários e as despesas de suporte à gestão do Fundo estão sujeitas a essas estimativas e premissas. Suas liquidações poderão resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente;

3.7 O FGP goza de imunidade tributária, tendo em vista que a União é o único Cotista do Fundo, aplicando-se, assim, o princípio da imunidade recíproca de que trata a alínea "a" do inciso VI e § 2º do art. 150 da Constituição Federal.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações de curto prazo com alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31.8.2010	31.8.2009
Disponibilidades em moeda nacional	3	4
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18.225	10.608
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	18.228	10.612

5 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O valor contábil e o valor justo dos títulos e valores mobiliários que compunham a carteira de ativos do FGP em 31.08.2010 e 31.08.2009 estavam compostos conforme a seguir:

Descrição	Vencimento (em dias)				Saldo em 31.8.2010		Saldo em 31.8.2009		
	Sem Vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Títulos para Negociação				36.802	276.617	313.420	300.310	5.322.297	3.883.718
Notas do Tesouro Nacional				36.802	276.617	313.420	300.310	646.952	613.407
Títulos Disponíveis para Venda								4.675.345	3.270.311
Ações de Companhias Abertas								4.675.345	3.270.311
Banco do Brasil								1.569.600	1.089.800
Eletrobrás								1.102.000	842.600
Vale								2.003.745	1.337.911

Em 01 de setembro de 2009, as Ações de Companhias Abertas foram reclassificadas da categoria de negociação para disponível para venda, permanecendo assim até a data do seu resgate integral. Vide informações sobre a movimentação da carteira por resgate pelo cotista na Nota Explicativa n.º 7.

6 OUTRAS OBRIGAÇÕES

O FGP paga ao Administrador (Banco do Brasil S.A.), pelos serviços de administração e gestão do Fundo, as seguintes remunerações:

a) Taxa de Administração da carteira (Custódia e Gestão dos ativos) de 0,15% a.a., incidente sobre o Patrimônio Líquido do FGP, calculada e provisionada diariamente, cobrada até o terceiro dia útil do mês subsequente à razão de um duzentos e cinquenta e dois avos (1/252);

b) Taxa de gestão do FGP, que remunera as ações inerentes à administração e concessão de garantias pelo FGP, tais como: contabilização, gerenciamento, monitoramento e análise de projetos de Parceria Público-Privadas (PPP) do Governo Federal, elaboração de política de investimento associada à garantia, confecção de pareceres técnicos e laudo de viabilidade de garantias, acompanhamento do fluxo de pagamentos efetuados pelo Governo Federal ao Parceiro Privado e acompanhamento *in loco* dos projetos de PPP federal. Essa remuneração é calculada mensalmente, pela aplicação de índice previsto em Regulamento e aprovado em Assembleia de Cotistas sobre as despesas administrativas incorridas pelo Administrador, e cobrada até o terceiro dia útil do mês subsequente. Inclui também a taxa de gestão de contratos, correspondente a 2% (dois por cento) sobre os valores pagos a empresas ou consultores especializados, contratados para a prestação de serviços terceirizados nos termos do Regulamento do FGP. Não houve pagamento desse tipo de remuneração neste exercício.

7 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

1.1 Capital Social

O Capital Social do Fundo foi integralizado pela União, inicialmente em ações, autorizado pela Portaria n.º 413/2005, do Ministro da Fazenda. Os valores foram integralizados pela média da cotação das ações nos respectivos dias de integralização, mediante cálculo suportado por laudo específico.

A composição inicial da quantidade de ações do FGP foi objeto de desdobramentos ou grupamentos das ações integralizadas, conforme segue, permanecendo inalterado o valor do capital social integralizado:

- ⇒ desdobramento das ações Vale5 em 22.5.2006, na proporção de 2 ações para cada ação existente;
- ⇒ desdobramento das ações BBAS3 em 4.6.2007, na proporção de 3 ações para cada ação existente;
- ⇒ grupamento das ações Elet3 em 20.8.2007, na proporção de 500 (quinhentas) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie;
- ⇒ desdobramento das ações Vale5 em 3.9.2007, na proporção de 2 ações para cada ação existente.

A quantidade das ações integralizadas no Fundo e a quantidade em 31.8.2010, após a retirada realizada pela União em 15.9.2009 (Vale5 e Elet3) e 15.6.2010 (BBAS3), é a que segue:

Ações	Quantidade de ações na data das respectivas integralizações	Quantidade de ações em 31.8.2009	Quantidade de ações em 31.8.2010
BBAS3	20.000.000	60.000.000	-
VALE5	15.226.023	60.904.092	-
ELET3	20.000.000.000	40.000.000	-
TOTAL	20.035.226.023	160.904.092	-

a) atendendo solicitação do Cotista União, por meio do Decreto n.º 6.951, de 27.8.2009, em 15.9.2009, as ações a seguir discriminadas foram transferidas para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme autorização do Tesouro Nacional e da Administração do BNDES, nos termos do referido Decreto:

Quadro 1 - Resgate de Ações do FGP e Transferência para o BNDES

CÓDIGO	PAPEL	QUANTIDADE DE AÇÕES	COTAÇÃO UNITÁRIA (*)	VALOR DAS AÇÕES (R\$)
ELET3	ELETROBRAS ON	40.000.000	28,40	1.136.000.000,00
VALE5	CVRD PNA	60.904.092	34,84	2.121.898.565,28
TOTAL DAS AÇÕES TRANSFERIDAS PARA O BNDES		100.904.092		3.257.898.565,28

(*) Cotação utilizada na baixa das ações da carteira ocorrida em 15.9.2009.

b) atendendo solicitação do Cotista União, efetuada com base no art. 33 do Regulamento do FGP, em 30.11.2009, os títulos a seguir discriminados foram transferidos para a União, conforme autorização do Tesouro Nacional para essa retirada de ativos (Portaria STN n.º 711, de 30.11.2009):

Quadro 2 - Retirada de Títulos do FGP pelo Cotista União

CÓDIGO	PAPEL	QUANTIDADE DE TÍTULOS	PREÇO UNITÁRIO - PU MÉDIO (*)	VALOR DOS TÍTULOS (R\$)
NTN - B	NOTA DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B	248.022	1.744,04	450.000.367,88
TOTAL DOS TÍTULOS RETIRADOS PELA UNIÃO		248.022		450.000.367,88

(*) Preço Unitário - PU médio dos títulos em 30.11.2009.

c) atendendo solicitação do Cotista União, por meio do Decreto n.º 7.184, de 27.5.2010, em 15.6.2010, as ações a seguir discriminadas foram transferidas para a União, conforme autorização do Tesouro Nacional para esse resgate de cotas:

Quadro 3 - Resgate de Ações do FGP pelo Cotista União

CÓDIGO	PAPEL	QUANTIDADE DE AÇÕES	COTAÇÃO UNITÁRIA (*)	VALOR DAS AÇÕES (R\$)
BBAS3	BANCO DO BRASIL ON	60.000.000	27,50	1.650.000.000,00
TOTAL DAS AÇÕES RESGATADAS PELA UNIÃO		60.000.000		1.650.000.000,00

(*) Cotação utilizada na baixa das ações da carteira ocorrida em 15.6.2010.

8 PARTES RELACIONADAS

Foram classificadas como partes relacionadas, o cotista União e o Administrador do Fundo (Banco do Brasil). Nesse contexto, as transações com partes relacionadas estão restritas aos aportes de capital - Nota Explicativa n.º 7 - e às taxas de administração e gestão informadas na Nota Explicativa n.º 6.

9 OUTRAS INFORMAÇÕES:

- Até o final do exercício social, o Administrador não teve conhecimento da existência de quaisquer obrigações contingentes imputadas ao Fundo e que devam ser objeto de registro contábil;
- A KPMG Auditores Independentes foi contratada exclusivamente para realizar os serviços de auditoria externa das demonstrações contábeis do Fundo.

BANCO DO BRASIL S.A.
Diretoria de Governo - Brasília (DF)

Francisco Edmilson de Oliveira
Gerente Executivo

Maurílio Alves Barcelos
Gerente de Divisão

Wilton Marques do Amaral
Contador - CRC MT 7.936/O-7

Parecer dos auditores independentes

Parecer dos auditores independentes

Ao Administrador e ao Cotista do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) (Administrado pelo Banco do Brasil S.A.) Brasília - DF

Examinamos os balanços patrimoniais do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) levantados em 31 de agosto de 2010 e 2009 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Fundo; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e

as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Fundo, bem como a apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas (FGP) em 31 de agosto de 2010 e 2009, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Brasília, 11 de março de 2011.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Francesco Luigi Celso
Contador CRC SP-175348/O-5 S-DF

José Claudio Costa
Contador CRC SP-167720/O-1 S-DF

